

BOLETIM 26

Brasília, 8 de dezembro de 2015

Centrais promovem ato em defesa do emprego, da Petrobrás e contra os juros

Após o lançamento na quinta (3), em São Paulo, do "Compromisso pelo Desenvolvimento", as Centrais Sindicais promovem nesta terça-feira (8), no Rio de Janeiro, o Ato Nacional Unificado em defesa do emprego e pela redução dos juros. E também em defesa da Petrobrás.

A concentração para a atividade, que também reunirá entidades dos movimentos sociais, está marcada para as 15 horas na Candelária. Os trabalhadores vão cobrar a retomada do investimento no setor produtivo e uma nova política econômica.

Amanhã (9), está prevista a presença dos representantes das Centrais Sindicais em Brasília para entregar o documento "Compromisso pelo Desenvolvimento" aos presidentes e líderes dos partidos políticos com assento no Congresso Nacional – Câmara e Senado.

Os líderes sindicais pretendem, ainda, entregar o documento à Presidência da República, AGU, Ministério Público da União e aos tribunais superiores.

Mais informações: site das Centrais

*Fonte: Agência Sindical
Comunicação CONTRICOM*





As centrais, entre outras bandeiras, estão unidas contra os juros altos e a inflação que não cede e penaliza as famílias de menor renda

FVG: inflação atinge mais as famílias de menor renda

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1 (IPC-C1) aumentou 1,06% em novembro último, resultado 0,36 ponto percentual superior à taxa apurada em outubro, quando o índice registrou 0,7%, informou o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV).

Com este resultado, o indicador, que mede a variação das famílias com renda de até 2,5 salários mínimos, acumula alta de 10,45% no ano, enquanto a inflação dos últimos 12 meses ficou em 11,22%.

Com o resultado de novembro, a inflação para as famílias de menor renda ficou acima do IPC-BR, que mede a variação de preços para as famílias com nível de renda situado entre 1 e 33 salários mínimos mensais, e que fechou o mês de novembro com alta de 1% e o acumulado dos últimos doze meses com variação de 10,39%,

resultado que chega a ser 0,83 ponto percentual superior ao IPC-C1.

A alta de novembro reflete aceleração de preços em quatro das oito classes de despesas componentes do índice, com destaque para alimentação, que passou de 0,45% para 2,32%, de outubro para novembro – alta de 1,87 ponto percentual.

Os preços do grupo educação, leitura e recreação passaram de 0,23% para 0,43%; comunicação, de 0,22% para 0,65% e vestuário, de 0,31% para 0,37%.

Em contrapartida, os valores dos grupos habitação declinaram de 1,06% para 0,41%; de transportes, de 1,44% para 0,48%; de saúde e cuidados pessoais, de 0,48% para 0,40% e de despesas diversas, de 0,12% para 0,10%.

Fonte: Agência Brasil

AGU: governo não recorrerá ao STF contra impeachment

O ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Luis Inácio Adams, afirmou nesta segunda-feira (7) que o governo não pretende recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o pedido de abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, aceito semana passada pelo presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Após participar de reunião com a presidenta e cerca de 30 juristas no Palácio do Planalto, Adams informou que a defesa do governo será feita no âmbito do Congresso Nacional. "Temos de enfrentar o debate no Congresso. Se



não, parece que o governo não tem confiança no debate no Congresso. E nós temos confiança."

Em conversa com jornalistas, o ministro avaliou o processo de impeachment como "inconsistente em várias dimensões". Adams garantiu que o governo está confiante diante do conjunto de manifestações jurídicas colhidas até o momento.

"O processo no Congresso é mais político, mas não é só político. É isso que tem de ser compreendido. A política aqui é exercida nos limites da lei. Não temos um sistema em que se retira um presidente por confiança."

Fonte: Portal EBC

Aposentado por invalidez pode ganhar direito de receber férias em dinheiro

Um direito a mais para quem se aposenta por invalidez. Um projeto de lei (PL 2323/11) já aprovado na Câmara determina que as férias para quem se aposenta nessa condição sejam revertidas e pagas em dinheiro.

Atualmente, quem se aposenta por invalidez não leva nada referente às férias - nem pode usar o descanso remunerado, nem recebe o equivalente em dinheiro, mesmo que já tenha direito de gozar os 30 dias de descanso. Esse direito fica suspenso e o trabalhador só pode usufruir se um dia voltar a trabalhar.

O que é um absurdo, segundo o deputado Alceu Moreira, do PMDB gaúcho. Ele foi relator do projeto que muda isso na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

"É impossível que alguém seja punido duplamente, quando já adoece tem que ficar com o salário reduzido porque vai para o auxílio previdenciário, e ainda não tem condição de receber o valor correspondente às férias do período trabalhado. Ele tem que receber isso porque já fez jus pelo período que prestou serviço."

Outro deputado que defendeu a aprovação da proposta foi Efraim Filho, do Democratas paraibano, relator na Comissão de Trabalho.

"O projeto corrige uma distorção da nossa legislação. A legislação não dava ao aposentado por invalidez o mesmo direito que os demais aposentados, porque, pelo fato inesperado, ele acabava não tendo direito de usufruir suas férias e nem de ser indenizado por ela."

A pessoa é aposentada por invalidez quando fica incapacitada para trabalhar. Nesse tipo de aposentadoria, ela passa por uma perícia médica de dois em dois anos, até que o médico declare que a incapacidade é permanente e a aposentadoria se torna definitiva. Segundo os últimos dados da Previdência Social, o Brasil tem cerca de 190 mil pessoas nessa situação.

A proposta que garante o pagamento das férias a quem se aposenta por invalidez agora vai ser analisado pelo Senado. Se aprovado como está, vai para sanção presidencial.

Fonte: Agência Câmara

Câmara fixa prazo de 10 minutos para sustentação oral nos juizados especiais



Um projeto de lei aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados fixa em dez minutos o tempo para sustentação oral dos advogados das partes nos recursos contra sentença dos juizados especiais criminais e cíveis. O prazo também será aplicado no recurso contra a rejeição da denúncia ou queixa criminal.

A proposta tramita em caráter conclusivo e deve seguir para análise do Senado. Atualmente, o tempo de sustentação oral é definido pelos regimentos internos das turmas ou por outros atos normativos de cada tribunal.

Segundo o deputado Lucio Vieira Lima (PMDB-BA), autor do texto, a medida é necessária para padronizar o tempo da sustentação oral em todas as turmas recursais dos juizados especiais – que, desde a Lei 9.099/95, atuam em causas que envolvam pequenos valores ou incidentes de menor gravidade.

O relator da proposta na CCJ, deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), afirma que o prazo de sustentação oral está previsto no Direito brasileiro em todos os tribunais. Normalmente, o tempo é de 15 minutos, mas Pacheco considera que faz sentido o limite um pouco menor nos juizados especiais, onde as causas costumam ter menor complexidade.

Fonte: Consultor Jurídico

Projeto de lei que facilita cancelamentos de planos de saúde é aprovado

O Projeto de Lei 1327/2015 de autoria de

André Soares (DEM) foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa de São Paulo. A propositura seguirá para apreciação na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (CDD) e Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP).

O PL tem com finalidade obrigar os bancos e planos de saúde a oferecer o cancelamento de seus serviços por meio da internet, Correios e telefone, sem que necessite passar por um atendente. Para os serviços bancários, a suspensão também poderá ser realizada através do caixa eletrônico.

Hoje em dia, a lei que regulamenta o assunto não é clara, além de burocrática, o que acaba prejudicando o cliente na hora do cancelamento. “Todas essas empresas já utilizam meios tecnológicos para oferecer seus serviços, é justo utilizá-los também para efetuar o cancelamento de forma rápida”, justifica Soares.

O projeto foi feito a partir da reclamação de muitos consumidores devido à dificuldade de cancelar serviços bancários ou planos de saúde. A situação é tão complexa que alguns relatos diziam que a demora chegava até 10 meses para concretizar o cancelamento.

Fonte: Jusbrasil

Tempo gasto no percurso para o refeitório e na fila do almoço não gera hora extra

"O tempo gasto pelo trabalhador até o local em que ele vai se alimentar - seja no refeitório da empresa, num restaurante ou em sua própria casa

-, assim como o de retorno, não é considerado como tempo à disposição do empregador. O mesmo se diga em relação ao tempo em que ele aguarda a refeição - seja na fila do refeitório ou à mesa de um luxuoso restaurante a la carte.". A decisão é da juíza Sandra Maria Generoso Thomaz Leidecker, titular da 2ª Vara do Trabalho de Formiga-MG, ao analisar a ação ajuizada por um trabalhador contra uma empresa do ramo da construção civil, rejeitando o pedido de horas extras pelo suposto desrespeito ao intervalo para refeição.

O reclamante reconheceu que tinha 60 minutos de intervalo, mas que parte desse tempo era destinado ao deslocamento até o refeitório e à espera na fila, o que, no entender dele, representa desrespeito ao intervalo intrajornada. Por isso, ele requereu o pagamento do período como hora extra. Mas, ao examinar o caso, a juíza constatou que não houve prova de que o trabalhador permanecia à disposição da empregadora enquanto esperava na fila do refeitório, recebendo ou executando ordens.

Por essas razões, a juíza indeferiu as horas extras pretendidas pelo trabalhador, assim como os seus reflexos. Não houve recurso ao TRT-MG.

Processo nº 0000274-38.2015.503.0160

Fonte: Jusbrasil



Movimento sindical unido para conter a crise em SP

O companheiro Ademar Rangel da Silva, que tomou posse, recentemente, para mais um mandato à frente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário de Limeira (SP), participou, recentemente, na condição de presidente da FETICOM-SP, de encontro com o governador Geraldo Alckmin, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo *(foto)*.

Ao lado de inúmeras lideranças sindicais, Rangel discutiu com o governador a adoção de medidas por parte do governo de São Paulo para tentar conter a onda de demissões que atinge o setor da construção civil no Estado, como em todo país. "Precisamos pelo menos tentar amenizar os efeitos da crise nacional em nossa e em outras categorias que sofrem muito com as demissões em massa", afirmou Rangel.

De acordo com o presidente da FETICOM-SP, o governador se comprometeu a voltar a se reunir com o movimento sindical nos próximos dias, quando pretende anunciar algumas intervenções do governo estadual que contribuam com o combate à crise econômica.

Fonte: COMUNICAÇÃO CONTRICOM



SINTRICOMP (Parnaíba-PI) inaugura sede própria nos seus 71 anos de existência

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil Leve e Pesada de Parnaíba e Região – SINTRICOMP (PI), filiado à CONTRICOM e à Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), completou 71 anos de existência, comemorando uma importante conquista: sua sede própria e bem estruturada.

Segundo o presidente da entidade, companheiro João Batista Barbosa, “essa conquista vai permitir dar um melhor atendimento aos trabalhadores das categorias que representamos no Sindicato e fazem parte de um esforço coletivo e histórico, que permitiu que um sonho se transformasse em realidade”.

No Piauí, a maioria das entidades sindicais não tem, ainda, sede própria, por isso os trabalhadores da construção têm muito o que comemorar com essa importante vitória.

O prédio que abrigará a sede do sindicato tem um andar com 10 salas, sendo quatro em forma de apartamento, uma sala de reuniões e uma área de vivência para realizar pequenos eventos.

O presidente João Batista Barbosa diz que, agora, “o desafio maior é equipar a sede com gabinetes médicos e odontológicos, para dar uma melhor assistência aos trabalhadores e suas famílias”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

AGENDA DO PRESIDENTE

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Dias 7 e 8 de dezembro

Local: Brasília, sede nacional da NCST

Participa, como vice-presidente, da reunião de encerramento do ano da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)